



IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ISSN: 2594-5688

secretaria@sbap.org.br

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

**O PAPEL DA MONITORIA NO ENSINO DA AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS**

**RAQUEL MARIA DA COSTA SILVEIRA, LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA, MATHEUS
FORTUNATO BARBOSA GOMES, ELIAS GABRIEL COSTA DA SILVA,**

**GRUPO TEMÁTICO: 24 Fazer Científico no Campo de
Públicas: a tríade Universidade-Governo-Sociedade**

IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022.
Sociedade Brasileira de Administração Pública
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

O Papel da monitoria no ensino da avaliação de políticas públicas

Resumo:

O artigo trata da experiência do projeto de monitoria “Estratégias para melhoria do ensino-aprendizagem coletiva de avaliação de políticas públicas”, que teve início em 2022 no Curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN. Especificamente, a monitoria se desenvolveu no Ateliê de Políticas Públicas e Extensão Aplicada VI, voltado ao ensino de avaliação de políticas públicas. Desse modo, o artigo objetiva refletir sobre a experiência e os resultados gerados pela monitoria. Foi realizada: a) pesquisa bibliográfica acerca do Campo de Públicas, buscando contextualizar o Projeto Pedagógico do bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN; b) pesquisa documental acerca do projeto de monitoria; c) pesquisa qualitativa por meio de roteiro aplicado com alunos que cursaram o componente em semestres anteriores e com discentes matriculados no semestre 2022.1, os quais vivenciaram a experiência de monitoria relatada, identificando desafios existentes e aqueles que foram superados a partir do projeto de ensino.

Palavras-chave: Campo de Públicas; Monitoria; Avaliação de Políticas Públicas.

Introdução:

Projetos de monitoria têm como fundamento um “modelo relacional e interativo”, que estimula o desenvolvimento de capacidades cognitivas em discentes de graduação (FRISON, 2016). De acordo com Frison (2016, p. 138), “Nas universidades, principalmente nos cursos de Engenharias, Física, Matemática, devido aos altos índices de repetência, foi instituída a monitoria para trabalhar com alunos com dificuldades de aprendizagem”. Nesse sentido, trata-se de uma estratégia capaz de ampliar o potencial de aprendizagem de discentes universitários, de forma colaborativa.

Dantas (2014) explica que a monitoria não se configura como novidade, por si, visto que remonta à Antiguidade Clássica, quando o pedagogo desempenhava as funções de monitoria, apoiando o mestre. Na Idade Média, a monitoria se concretizou a partir da atuação dos monges que realizaram tal função com a finalidade de cuidar da educação de noviços. Na Idade Moderna, a monitoria se desenvolveu a partir do método Lancaster, também denominado ensino mútuo. Foi justamente a partir de tal método que a monitoria iniciou-se no Brasil, ainda no Império. No século XX, a monitoria se tornou mais comum nas universidades brasileiras com a Lei nº 5.540/68 que instituiu que as universidades deveriam criar as funções de monitor para alunos de graduação. Além do aprendizado mútuo, a intenção era promover a formação de professores.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a monitoria é regida pela Resolução nº 162/2018-CONSEPE, a qual lista tal estratégia dentre os Programas e Projetos de Ensino, juntamente com o Programa de Apoio à Melhoria da Qualidade do Ensino de Graduação; a Tutoria; o Programa Complementar de Estudos do Ensino Médio; Projetos Suplementares de Ensino e Projetos de Eventos de Ensino. Este normativo apresenta a monitoria como uma ação institucional que deve ser realizada por meio de projetos direcionados à melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos cursos de graduação e ao incentivo à formação docente (art. 28). Diante disso, a cada ano são lançados editais

voltados a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico nas Graduações e para o processo de formação do discente, além de objetivar incentivar no monitor o interesse pela carreira docente (art. 29). Os projetos propostos devem estar articulados com os Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação, definindo as atividades do(a) monitor(a) no apoio pedagógico a componentes curriculares, devendo, ainda, contemplar a integração entre as áreas do conhecimento dos cursos envolvidos (art. 30).

O presente relato trata da experiência de projeto de monitoria realizado no bacharelado em Gestão de Políticas Públicas (GPP) da UFRN. O projeto denominado “Estratégias para melhoria do ensino-aprendizagem coletiva de avaliação de políticas públicas” teve início no ano de 2022 e se constitui como uma experiência voltada à melhoria do processo de ensino em um dos cursos que se adequou às Diretrizes Curriculares Nacionais da Administração Pública e que compõe o Campo de Públicas (CP). Especificamente, a monitoria envolve componente curricular teórico-prático que abrange ensino e extensão: o Ateliê de Políticas Públicas e Extensão Aplicada VI, voltado ao ensino de avaliação de políticas públicas. Desse modo, o presente artigo objetiva refletir sobre a experiência e os resultados gerados pelo projeto de monitoria referido.

Para tanto, foi realizada análise bibliográfica acerca do Campo de Públicas no Brasil, buscando contextualizar o Projeto Pedagógico do bacharelado em GPP da UFRN. Em seguida, realizou-se pesquisa documental acerca do projeto de monitoria referido. Para compreender a necessidade da proposta de monitoria em análise, foi realizada pesquisa qualitativa por meio de roteiro aplicado com alunos que cursaram a disciplina Ateliê VI em semestres anteriores, buscando-se compreender os desafios enfrentados no aprendizado sobre avaliação de políticas públicas. Além disso, considerando a experiência de monitoria em curso, foi possível consultar a opinião dos 17 alunos matriculados no componente no semestre 2022.1, os quais vivenciaram a experiência de monitoria relatada, identificando-se os desafios ainda existentes e aqueles que foram superados a partir do projeto.

O Campo de Públicas no Brasil

A sociedade tem se tornado cada vez mais complexa, carecendo de novos tipos de políticas públicas e, por consequência, de novos métodos administrativos para os governos. Isto é, “Havendo novas coisas que o Estado deve fazer, o próximo passo a se pensar é, claramente, em como fazê-las” (WILSON, 1887, p. 201, tradução nossa).¹

¹ No original: “[...] Seeing every day new things which the state ought to do, the next thing is to see clearly how it ought to do them”.

No Brasil, pesquisas voltadas às dimensões de ações do Estado e as características fundamentais das políticas públicas tiveram um grande avanço na década de 1980, durante o processo de redemocratização. Vários estudiosos, de diferentes áreas de conhecimento, participaram do debate, com um princípio em comum: repensar o país do ponto de vista de seu Estado, suas políticas públicas e seu modelo de proteção social, acompanhado da finalidade de propor soluções para o então novo modelo de governabilidade (MARQUES; FARIA, 2013; PIRES *et al.*, 2014).

As transformações que o país passava também ocorreram no ensino dos cursos da área de Administração Pública (AP). A partir de uma construção coletiva, compôs-se o Campo de Públicas, caracterizado como multidisciplinar e que objetiva a formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, para formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, que possam contribuir com o fortalecimento da esfera pública, a qualificação e melhoria da ação governamental (CARTA DE BRASÍLIA, 2013). Tal Campo surgiu em Audiência Pública realizada pelo Conselho Nacional de Educação, em abril de 2010, contexto em que se discutiu a elaboração de DCNs de Administração Pública (AP). (COELHO, 2020).

Para Almeida *et al.* (2018), a consolidação do Campo de Públicas no Brasil ocorre a partir de alguns elementos. Dentre eles, considera-se o processo de aumento do número de cursos de graduação que compõem a área, passando de 05 cursos, em 2000, para 171 em 2012 (ETULAIN; SERAFIM; HOROCHOVSKI, 2019) e mais de 200 com mais de 49 mil alunos matriculados, em 2013 (PIRES *et al.*, 2014). Este processo teve, como combustível principal, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual ampliou o investimento, número de cursos e vagas para ingresso no ensino superior. O segundo elemento está relacionado às articulações de docentes, profissionais da área e estudantes na construção de eventos e periódicos científicos a níveis nacional, regional e local, enquanto o terceiro diz respeito à criação de entidades de representação para o campo profissional. Entre os muitos eventos e organizações importantes, destacam-se: 1. Os Encontros Nacionais dos Estudantes do Campo de Públicas (ENECAPs), vinculados à Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas; 2. Os Encontros Brasileiros de Administração Pública (EBAPs), vinculados à Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP); e 3. Os Encontros Nacionais de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCPs) da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP). No entanto, é a partir das referidas DCNs, em janeiro de 2014, que se institucionaliza esse campo do saber no Brasil.

Em 13 de janeiro de 2014, por meio da Resolução nº 1 do CNE, foram instituídas as DCNs dos cursos de graduação em Administração Pública. De acordo com a Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação (CNE), em seu Art. 1º, o CP “compreende o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas”. As suas DCNs foram instituídas a partir dos seguintes princípios:

I - o ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res publica e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado; II - a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais; III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

Entre as mudanças trazidas para os cursos da área de Administração Pública, destacam-se: a obrigatoriedade de carga horária mínima de 3000 horas, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como componente curricular obrigatório e o prazo máximo de 2 anos para que as Instituições de Educação Superior (IES) se adequassem à resolução. Os conteúdos básicos para os cursos e as competências e habilidades esperadas, a partir das DCNs, podem ser observadas no quadro 1:

Quadro 1 - Conteúdos Básicos e Competências e habilidades esperadas para um profissional da Administração Pública.

Conteúdos Básicos	Competências e Habilidades esperadas
Multidisciplinaridade da área Pública com conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia	Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas
	Operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos
Estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos e ético-profissionais	Desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional
	Apresentar soluções para processos complexos
Técnicas que desenvolvam a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação	Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais
Tecnologias da comunicação e da informação	Preparação para processos de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública
Realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros	

Fonte: Elaborado pelos autores (2022), a partir das DCNs de Administração Pública (2014).

Após homologação das DCNs, o CP obteve a conquista da realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) na área de Administração Pública, pela primeira vez em 2015. Na segunda edição, em 2018, houve a participação de 61 cursos, dos quais 58 foram instituições

descobertas anteriormente; 2. Possuir visão ampla do campo das políticas públicas; e 3. Ter capacidade de diálogo com áreas do conhecimento, dada a sua formação multidisciplinar (ALMEIDA; RODRIGUES; SILVEIRA, 2019). O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de GPP atende às orientações das DCNs de Administração pública (Resolução CNE nº 1/2014), e apresenta uma estrutura curricular dividida em três eixos de formação, com base nas competências e habilidades esperadas pela referida resolução (Quadro 2).

Quadro 2 - Distribuição da Carga Horária Total por estruturas de formação e eixos de formadores

Estruturas de Formação	Eixo formadores	Carga Horária (em horas)	Percentual no total da Carga Horária	Carga Horária Mínima Obrigatória por Eixo	Percentual mínima por eixo
1 - Básica	1 - Instrumental	360	12%	270	75,00%
	2 - Cidadão	450	15%	330	73,30%
	3 - Organização social e dos governos	510	17%	390	76,50%
2 - Profissional	4 - Gestão pública	390	13%	390	10%
	5 - Planejamento e políticas públicas	1140	38%	1110	100%
3 - Complementar	Atividades Complementar	150	5%	150	100%
CHT	CHT Carga Horária Total	3000	100%	2640	88,00%

Fonte: elaborado pelos autores (2022), a partir do PPC do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN (2018).

O Eixo de Estrutura de Formação Profissional merece destaque, visto que abriga o enfoque deste estudo. A estrutura de formação profissional divide-se em dois eixos formadores: Gestão pública e Planejamento e políticas públicas. Na segunda, encontram-se as disciplinas: 1. Estágio Curricular Supervisionado; 2. Vivências Públicas de Extensão Universitária; 3. Trabalho De Conclusão de Curso (TCC); e 4. Projeto de TCC. Além desses componentes, destacam-se os Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada (I a VI), disciplinas que possuem carga horária de 120 horas, ministradas, sempre, por 2 (dois) professores e que promovem exercícios simulados de aplicação prática. Os seis componentes prevêem a entrega de produtos de acordo com as etapas do ciclo de políticas públicas (*policy cycle*) que podem ser observados com mais clareza no quadro abaixo:

Quadro 3 - Disciplinas de Ateliê e produtos esperados

Disciplina	Enfoque da Ementa
DPP0080 - Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada I	Simulação da prática da formação da agenda pública, em particular, as agendas das políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais.
DPP0081 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada II	Produção de diagnósticos e diagnóstico participativo para planos, programas e projetos.

DPP0082 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada III	Elaboração de documentos contendo propostas claras e coerentes voltadas ao aprimoramento de planos, programas e projetos relacionados ao Desenvolvimento Social, Econômico, Ambiental e Territorial
DPP0084 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada IV	Formulação de Plano, Programas e Projetos. Termos de Referência. Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro e de Aplicação.
DPP0085 -Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada V	Elaboração de documentos contendo propostas claras e consistentes de Monitoramento para intervenção em determinados contextos socioespaciais.
DPP0086-Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada VI	Criação de proposta e execução de avaliação de um plano, programa ou projeto

Fonte: elaborado pelos autores (2022) a partir do PPC do GPP/UFRN (2018).

A disciplina de Ateliê de gestão de políticas públicas e extensão aplicada VI apresenta duas partes principais. Na primeira, os discentes são apresentados ao contexto histórico e aos principais conceitos ligados à área de Avaliação de Políticas Públicas (APP). Espera-se que os alunos tenham leitura crítica de avaliações já realizadas, domínio quanto ao que são critérios e tipologias que compõem a APP, bem como que sejam capazes de construir uma proposta de avaliação de um plano, programa ou projeto. No segundo momento, os discentes executam a proposta que foi apresentada na etapa anterior, sendo avaliados quanto à capacidade analítica e à competência para apresentar os resultados a partir de suas habilidades escrita e oral (UFRN, 2022).

A disciplina referida vem sendo ofertada desde o ano de 2012, quando a primeira turma do GPP chegou ao seu terceiro ano de curso. Até o semestre 2021.2, 728 alunos já cursaram o componente, em 10 turmas ofertadas. Considerando tal cenário, foi realizada pesquisa junto aos discentes egressos do Ateliê VI, a fim de conhecer os principais desafios relativos ao aprendizado da APP no curso.

Os Desafios do Ateliê de Políticas Públicas e Extensão Aplicada VI: uma análise da percepção de discentes egressos(as)

A fim de entender o efeito do Ateliê VI na formação dos alunos egressos, foi disponibilizado, em maio de 2022, um Formulário *Google* para todos os egressos, obtendo-se, contudo, apenas 25 respostas. Mesmo assim, sem a intenção de colher uma amostra representativa, o material coletado tornou possível identificar percepções sobre o componente. Os(As) egressos(as) foram numerados de acordo com a ordem cronológica das respostas apresentadas, a fim de que não fossem identificados. De modo geral, foi relatada alta expectativa em relação ao componente curricular que consiste no último Ateliê cursado durante a graduação. Conforme relatou o(a) discente 15, esperava-se “Obter segurança prática para desempenhar uma boa avaliação”. Para isso, o(a) estudante 19 tinha como expectativa “(...) aprender técnicas e instrumentos de avaliação de políticas públicas que nos possibilitasse realizar um bom trabalho na prática profissional”. No mesmo sentido, o(a) discente 24

trouxe em sua resposta um enfoque na necessidade de apreender novas metodologias: “Compreender conceitos e metodologia pertinentes à elaboração de avaliações de políticas públicas.”.

Após análise de conteúdo (BARDIN, 2011), também foi possível categorizar as respostas e identificar, como principais dificuldades: os conceitos relacionados ao tema e o desafio de diferenciar a APP de outros produtos como diagnóstico, monitoramento e análise; os diversos tipos de avaliação existentes; os desafios para elaborar o desenho da metodologia; o formato remoto necessário durante a pandemia da Covid-19; o baixo engajamento dos integrantes dos grupos; ausência de inovação das estratégias de ensino-aprendizagem; o dificultoso acesso aos dados e atores da política pública.

Embora não se trate de uma amostra representativa, vale ressaltar que, ao serem perguntados sobre o quanto se sentiam prontos para realizar uma APP profissionalmente, em uma escala de 0 a 10, apenas 4 dos 25 estudantes optaram pelo valor 10, sentindo-se prontos para avaliar uma política pública. A menor resposta foi 5, apresentada por dois estudantes. As demais variaram entre 6 (3 respostas); 7 (8 respostas); 8 (3 respostas) e 9 (5 respostas).

Após colher a percepção dos(as) respondentes, partiu-se para um questionamento sobre o conteúdo, perguntando-se, para eles(as), qual seria o conceito de avaliação. Foi possível identificar, a partir das respostas, um foco avaliativo ainda muito focado na medição do impacto após a implementação.

A leitura das respostas dos(as) discentes egressos(as) reforçou a necessidade de ampliação da atenção em torno dos conceitos e estratégias metodológicas da APP, o que se apresenta como principais motivadores do projeto de monitoria proposto para o componente. O referido projeto surgiu a partir de docentes que identificaram os mesmos elementos anteriormente referidos, permitindo-se concluir, a partir da confluência de percepções, pela importância das estratégias a seguir detalhadas.

Conhecendo a proposta de ensino-aprendizagem coletiva de avaliação de políticas públicas

O projeto de monitoria “Estratégias para melhoria do ensino-aprendizagem coletiva de avaliação de políticas públicas” foi proposto por docentes do bacharelado em Gestão de Políticas Públicas, sendo executado a partir da interlocução do discente-monitor com os discentes matriculados no turno noturno da disciplina Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada VI.

O projeto objetiva aprimorar o processo de ensino-aprendizagem no componente Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada VI do curso de Gestão de Políticas Públicas, que possui enfoque no ensino da avaliação de políticas públicas. Um dos resultados esperados é valorizar a produção discente oriunda do componente em semestres anteriores, resgatando os produtos já elaborados. Desde a primeira turma da disciplina, em 2012, diversas políticas públicas foram

avaliadas, a partir de múltiplas estratégias metodológicas, sendo fundamental reunir essa produção para compreender quais foram as contribuições práticas ofertadas pelo componente. Desse modo, o projeto proposto foca em ações estratégicas voltadas a diagnosticar a produção discente do componente Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada VI em semestres anteriores, identificando as políticas avaliadas e os respectivos desenhos.

Além disso, considerando a necessidade de desenvolver nos discentes a capacidade crítica em torno da avaliação de políticas públicas e de criar um contexto favorável ao desenvolvimento de metodologias inovadoras de avaliação, o projeto se propõe a realizar um levantamento sistemático em pesquisas avaliativas e avaliações oficiais, identificando as políticas avaliadas e os seus desenhos metodológicos. Nesta mesma perspectiva, a partir da participação do aluno monitor, o projeto prevê atividades de socialização de experiências exitosas com os discentes, visando estimular o diálogo e a reflexão em torno da avaliação de políticas públicas e da diversidade de métodos avaliativos.

Como terceira linha de atuação, são realizadas dinâmicas voltadas ao estímulo da atuação coletiva (em grupo), considerando as características próprias dos Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada no curso de GPP/UFRN. Nesse sentido, o discente-monitor, apoiado pelas docentes, realiza suporte teórico-metodológico aos grupos, a partir de um monitoramento das ações desenvolvidas pelos grupos no contexto da aplicação das horas de extensão curricular do componente, diagnosticando as práticas adotadas e seus principais desafios.

Dessa forma, o projeto é desenvolvido em etapas. Inicialmente, um discente-monitor realiza um levantamento em materiais produzidos em semestres anteriores no componente Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada VI, identificando as políticas avaliadas e os respectivos desenhos avaliativos. O registro é realizado em planilha com as experiências, formando um banco de documentos que comporá um catálogo de avaliações disponibilizadas para consulta dos discentes e docentes do componente Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada VI. Esta etapa possibilita o resgate da produção discente, identificando-se quais políticas já foram avaliadas e quais metodologias foram utilizadas ao longo dos anos anteriores do componente.

De forma paralela, é realizado um levantamento sistemático em pesquisas avaliativas e avaliações oficiais, identificando as políticas avaliadas e os respectivos desenhos. Tal levantamento resultará em um segundo catálogo de experiências que poderá ser consultado pelos discentes no momento de elaboração de seus desenhos de avaliação durante o componente curricular. Tal catálogo, igualmente, possibilitará aos docentes a organização do material didático e de consulta. O projeto teve início no

semestre 2022.1, contudo, deve-se ressaltar, a partir da metodologia proposta, que os seus resultados permanecerão e alcançarão as turmas futuras que terão acesso às catalogações realizadas.

A partir dessas duas etapas, a atuação do discente-monitor terá fortalecido seu próprio repertório sobre o tema da APP para socializar experiências exitosas com discentes, visando estimular o diálogo e a reflexão em torno da avaliação e da diversidade de métodos avaliativos. Ao longo das aulas, semanalmente, são realizados momentos de interlocução sempre com a participação das docentes responsáveis pela disciplina. O discente-monitor estimula a turma na pesquisa e no desenvolvimento de novas perspectivas metodológicas, a fim de apoiar a construção de um saber compartilhado (FRISON, 2016). Nesse sentido, este tipo de estratégia tem a potencialidade de estimular a atuação coletiva (em grupo), considerando as características próprias dos Ateliês.

Após a realização de tais etapas, que se darão antes e durante o momento em que a turma elabora a proposta de avaliação, o discente-monitor também realiza o monitoramento das ações desenvolvidas pelos grupos no contexto da aplicação das horas de extensão curricular do componente, diagnosticando as práticas adotadas e seus principais desafios para auxiliar na condução dos grupos para práticas mais orientadas à proposta de cada avaliação.

Resultam do projeto a elaboração de material instrucional do Ateliê VI com experiência de avaliação desenvolvidas em semestres anteriores; a catalogação de pesquisas avaliativas e avaliações oficiais; a realização de debates para socialização, buscando colaborar com o processo de aprendizagem dos alunos. Além disso, novas estratégias de ensino-aprendizagem foram inseridas a partir do diálogo entre os membros do projeto, dentre elas: a elaboração da matriz da avaliação (em que os discentes realizam as escolhas de tipos e critérios a serem priorizados) e o painel de escolha da política (em que discutem de forma coletivas os pontos positivos e negativos da escolha da política que será avaliada ao longo do semestre).

Um dos principais resultados é o desenvolvimento do que Fison (2016) denominou como atitudes autônomas perante o conhecimento, que impulsionam a responsabilidade e o compromisso de discentes e monitor em relação à aprendizagem, demonstrando-se, a partir das estratégias realizadas, que o conhecimento é uma busca contínua.

O projeto possui como potencialidade, na perspectiva docente, o desenvolvimento coletivo de novas metodologias de APP, a partir do estímulo à criatividade, contribuindo com a taxa de sucesso do curso de GPP/UFRN, com a melhoria da qualidade de ensino e com o aumento do interesse em torno do componente Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada VI.

No que tange ao discente-monitor, espera-se fortalecer a formação acerca da APP e estimular a autonomia de pesquisa, o interesse pela docência e pela pesquisa, além de fomentar a produção acadêmica, promovendo a cooperação entre discentes e docentes. Na perspectiva discente, enfocando nos alunos atendidos pelo projeto, são estimuladas competências e habilidades como a autonomia de pesquisa, criatividade, comunicação, trabalho em equipe; além da ampliação do repertório teórico-metodológico sobre o tema da avaliação de políticas públicas e da possibilidade de maior visibilidade aos trabalhos desenvolvidos na disciplina, ampliando o interesse por temática de fundamental importância para sua formação enquanto gestor.

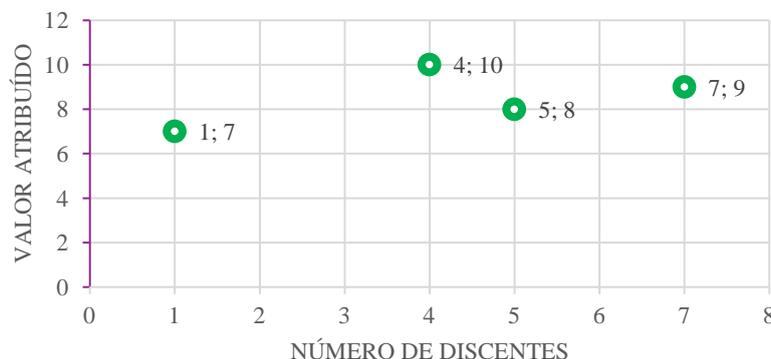
Considerando as atividades realizadas no projeto até junho de 2022, foi possível coletar informações acerca da percepção dos discentes e do seu aprendizado. O item a seguir apresentará a síntese dos dados analisados.

A percepção dos discentes: resultados parciais da monitoria e do aprendizado coletivo

A fim de compreender a perspectiva discente acerca do projeto de monitoria, foi elaborado um questionário com o objetivo de consultar a opinião dos 17 alunos matriculados no componente no semestre 2022.1 (Turma 02). Foi utilizada a plataforma Formulários *Google*, elaborando-se perguntas abertas e fechadas para uma análise qualitativa e quantitativa da percepção dos respondentes. Objetivou-se entender os efeitos diferenciais ocasionados pelas metodologias utilizadas a partir do projeto de extensão, assim como, o grau de satisfação e o nível de aprendizado.

Os desafios apontados pelos(as) discentes cursantes se assemelham àqueles apresentados pelos(as) egressos(as): aprender os múltiplos conceitos e obter dados, acrescentando-se o retorno ao contexto presencial e a dificuldade de conciliar o tempo de dedicação ao Ateliê com as demais atividades. Indagando-os sobre o quanto o conteúdo teórico influenciou o aprendizado, a média de respostas ficou, em uma escala de 0 a 10, no índice 9 (Gráfico 1). Quatro discentes atribuíram a nota máxima (10 pontos); sete atribuíram 9; cinco alunos indicaram nota 8 e apenas um respondente optou pela nota 7.

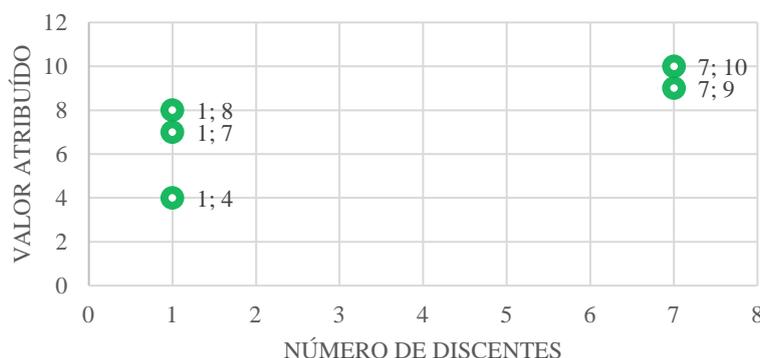
Gráfico 1 - De 0 a 10, o quanto o conteúdo das aulas teóricas influenciou em seu aprendizado?



Fonte: elaboração própria, 2022

A pergunta seguinte objetivou entender o quanto as dinâmicas de ensino-aprendizagem realizadas no semestre 2022.1 influenciou no aprendizado do(a) discente que estava cursando o componente. Tais dinâmicas, por sua vez, abarcavam, inclusive, a atuação do discente-monitor (Gráfico 2).

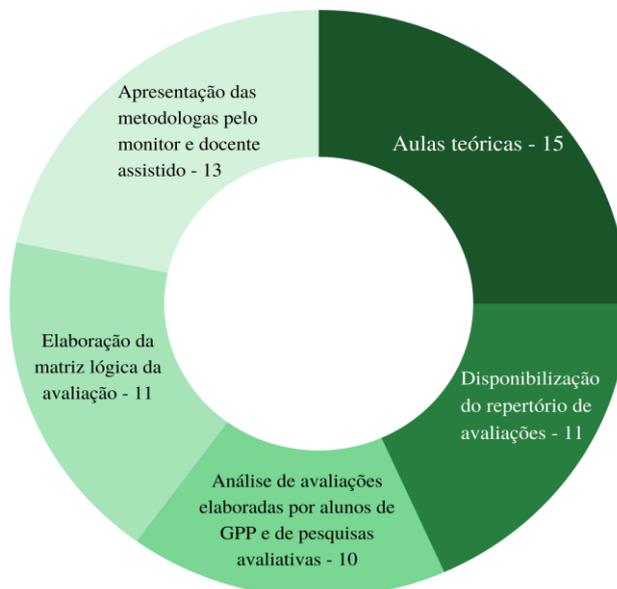
Gráfico 2 - De 0 a 10, o quanto as dinâmicas das aulas teóricas do Ateliê VI influenciaram em seu aprendizado?



Fonte: elaboração própria, 2022

Foi possível identificar que a maior parte das respostas apresentadas ficou entre os valores 9 e 10. Ao serem perguntados sobre quais dinâmicas mais atraíram a atenção, os(as) respondentes indicaram algumas das novas estratégias introduzidas pelo projeto (Gráfico 3). Vale ressaltar, que nesta pergunta, o(a) discente poderia marcar mais de uma opção.

Gráfico 3 - Preferência dos(as) discentes em relação às dinâmicas de ensino-aprendizagem



Fonte: elaboração própria, 2022

Dentre as novas estratégias de ensino-aprendizagem inseridas no componente a partir do projeto de monitoria e que foram citadas nas preferências dos(as) alunos(as), tem-se: a disponibilização do repertório de avaliações; a elaboração da matriz lógica da avaliação e a apresentação de metodologias pelo discente-monitor, com apoio do docente-assistido e das docentes responsáveis. No que tange à apresentação de metodologias pelo discente-monitor, destacou o(a) discente 2 “A avaliação que é apresentada (...) contribui com o entendimento por ter uma linguagem de fácil compreensão, pela dinâmica e por ser uma boa apresentação.”. No mesmo sentido, o(a) respondente 6: “Os monitores apresentaram, de maneira concisa, avaliações que serviram para esclarecer algumas dúvidas sobre metodologia. Assim, podemos conhecer exemplos de como trabalhar com as políticas públicas que escolhemos.” e o(a) aluno(a) 10: “Acredito que apresentações tem ajudado bastante, inclusive, em nosso desenvolvimento pessoal. Os monitores demonstram desenvoltura, conhecimento e conseguem esclarecer nossas dúvidas, além de trazer novas metodologias até então desconhecidas por nós.”. O uso de uma linguagem mais próxima da realidade da turma foi destaca como ponto positivo pelo(a) discente 11 “(...) traz dinamicidade para as aulas e mais exemplos práticos, com uso de uma linguagem mais parecida com a nossa (alunos e alunas).”.

Ao serem questionados sobre o seu nível de aprendizado no componente curricular até junho de 2022, os discentes trouxeram respostas entre os valores 3 e 10, sendo que a maior parte das respostas ficou entre 7 e 8 (Gráfico 4).

Gráfico 4 - De 0 a 10, o quanto você considera que aprendeu os principais conceitos de avaliação de políticas públicas?



Fonte: elaboração própria, 2022

A partir dos dados apresentados, é possível inferir que as diferentes metodologias e também a criatividade dos docentes pode influenciar na absorção dos conteúdos. As estratégias de ensino-aprendizagem propostas foram evidenciadas pelos(as) alunos(as) como pontos fortes do semestre e um diferencial no aprendizado teórico-prático.

Conclusões

Os principais resultados chamam a atenção para o fato de que há uma percepção positiva por parte dos discentes, que apontaram os diferentes momentos em que o monitor atuou ao longo do desenvolvimento do componente curricular ajudando no entendimento da teoria e na sua aplicação prática. Houve o reconhecimento do aumento do repertório teórico-metodológico dos alunos sobre o tema da avaliação de políticas públicas, dadas as estratégias adotadas no projeto de monitoria.

Tais resultados apontam para a necessidade de contar com mais monitores nos Ateliês de Gestão de Políticas Públicas do Curso de GPP da UFRN, e para a manutenção das metodologias adotadas no projeto de monitoria. A experiência aqui apresentada pode contribuir com demais cursos do Campo de Públicas, uma vez que a temática da APP está presente em projetos pedagógicos e faz parte da vida profissional de egressos do Campo de Públicas.

Agradecimentos

As autoras e os autores agradecem à Pró-Reitoria de Graduação da UFRN pelo apoio concedido ao projeto de monitoria apresentado.

Referências:

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa; FERNANDES, Ana Vitória Araújo; ALVES, Louise Rodrigues de Lima. Estratégias de ensino nos cursos do Campo de

- Públicas: análise do panorama atual e os desafios para o ensino multidisciplinar. **NAU Social**, v. 9, n. 16, 2018.
- ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa. ENSINO NO CAMPO DE PÚBLICAS: o caso dos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/FJP). **NAU Social**, v. 9, n. 17, 2019.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório síntese de área: Administração Pública (bacharelado)**. Brasília: Inep, 2019.
- CARTA DE BRASÍLIA. 2013. Disponível em: <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2013/04/carta-de-brasc3adlia-abril-de-2013-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- COELHO, F.S.; ALMEIDA, L.S.B.; MIDLEJ, S.; SCHOMMER, P. C.; TEIXEIRA, M. A. C. O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). **Revista Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 488529, nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). *Revista Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 21, n. 3, p. 488529, 2020.
- DANTAS, Otilia Maria. Monitoria: fonte de saberes à docência superior. **Rev. bras. Estud. pedagog.** (online), Brasília, v. 95, n. 241, p. 567-589, set./dez. 2014.
- ETULAIN, Carlos Raul; SERAFIM, Milena Pavan; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. O desafio do campo de públicas frente ao contexto de crise do Estado brasileiro. **NAU Social**, v. 9, n. 17, 2018.
- FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. *Pro-Posições* | v. 27, n. 1 (79) | p. 133-153 | jan./abr. 2016.
- MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. 288 p.
- PIRES, Valdemir Aparecido et al. Dossiê campo de públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 109-167, 2014.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 162/2018-CONSEPE. Estabelece normas para os Programas e Projetos de Ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). Coordenação do curso Gestão de Políticas Públicas. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas**. Natal-RN, 2018. 54 p.
- WILSON, Woodrow. The study of administration. **Political science quarterly**, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2139277?seq=1>. Acesso em: 03 de junho de 2022.